Atualidade

A Substituição por Concussão Cerebral

Dr. Basil Ribeiro

Medicina Desportiva. Vila Nova de Gaia

A Internacional Football Association Board (IFAB) publicou em 8 de fevereiro de 2021 uma alteração à Lei 3, a referente aos jogadores – *The players: trials of additional permanent “concussion substitutes”*, na qual entrou em vigor com dois protocolos. Dado que é de caráter experimental, a IFAB solicita o fornecimento posterior de informação sempre que (apenas) um dos protocolos seja utilizado de modo completo, nas competições por ela organizadas, mas também nas Nacionais.

Esta publicação surge na sequência da grande preocupação que a UEFA tem com a saúde e segurança dos futebolistas que participam nas competições por ela organizadas. No início do documento a IFAB fornece algumas justificações para a implementação desta lei:

- Reduz a pressão sobre a equipa médica para tomar uma decisão rápida
- Previne que o jogador sofra outra concussão durante o jogo (prevenção da síndrome do segundo impacto)
- Cria uma mensagem forte: *if in doubt, sit them out*

- Permite o jogador ser substituído sem resultar desvantagem numérica / tática para a sua equipa
- É de fácil aplicação e em todos os níveis de competição, incluindo no futebol de formação, onde nem sempre existe equipa médica qualificada.

A participação neste protocolo experimental implica dar *feedback* à UEFA sempre que o mesmo seja aplicado. A informação sobre o jogo e a informação pormenorizada sobre o incidente da concussão cerebral deve ser facultada, assim como a opinião de outros intervenientes no espetáculo (jornalistas, treinadores, jogadores, etc.) é relevante. O documento pormenoriza a informação que deve ser enviada.

Uma nota importante do documento recorda a obrigatoriedade da realização dos testes de base na avaliação inicial do futebolista, os quais devem ser operacionalizados em todos os jogadores. Depois, para avaliação imediata recomenda-se a instalação de vídeo nos estádios, a qual permitirá a revisão das condições clínicas que possam ocorrer no estádio. Este sistema terá o apoio da UEFA, com formação sumária, e deverá ser partilhado com a equipa visitante.

O médico de equipa tem a obrigação de informar os jogadores, treinadores e elementos de apoio à equipa dos procedimentos a seguir aquando da existência de uma (suspeita) de concussão cerebral e que de seguida se enunciam (transcrição integral do texto original):

1. No caso de suspeita de concussão cerebral, o árbitro para o jogo para permitir que o jogador lesionado seja assistido pelo médico da

equipa. Os jogadores devem permanecer calmos durante a situação e não interferir na avaliação;

2. A avaliação não deve, em princípio, durar mais de três minutos, a menos que uma situação grave exija que o jogador seja tratado no campo de jogo ou imobilizado no campo para transferência imediata para o hospital;
3. Se a avaliação não puder ser feita após três minutos e/ou se houver suspeita de concussão, o jogador não pode continuar a jogar;
4. Um jogador que sofra uma lesão na cabeça que necessite avaliação por eventual concussão apenas poderá continuar em jogo após avaliação, com confirmação específica pelo médico da equipa ao árbitro da aptidão do jogador para continuar em jogo;
5. **A decisão é apenas do médico.** Treinadores, árbitros e jogadores não podem interferir na avaliação e decisão do médico.

O **Protocolo A** permite que apenas seja feita uma *substituição por concussão* em cada jogo, a qual poderá ser realizada independentemente do número de substituições entretanto realizadas. No caso em que o número de jogadores suplentes seja igual ao número máximo de substituições permitidas, o jogador que vai substituir o jogador com concussão pode ser um jogador que, entretanto, tenha sido substituído, isto é, o jogador pode voltar ao jogo. Mais, pode voltar ao jogo mesmo que todas as substituições regulamentares já tenham sido efetuadas. A UEFA é clara ao escrever *o jogador deve, sempre que possível, ser acompanhado até ao balneário ou ao hospital*, o que parece significar que não pode permanecer no banco de suplentes. Por outro lado, e por exemplo, nos jogos da Liga portuguesa existem três momentos para realizar substituições durante o jogo. Neste caso, o jogador pode ser substituído, mesmo que já tenham ocorrido esses três momentos, mas este mecanismo não pode ser usado para realizar uma substituição normal.

A UEFA define que a *substituição por concussão* pode ocorrer:

- Imediatamente após a ocorrência da concussão ou haja suspeita da mesma
- Após a avaliação realizada dentro e/ou após avaliação fora do campo

<https://oglobo.globo.com/epoca/esportes/as-concussoes-cerebrais-em-revisao-no-futebol-1-24889462>

- Em qualquer momento quando a concussão é identificada ou suspeitada, mesmo quando o jogador tenha voltado ao jogo
- O jogador substituído por concussão não pode voltar ao jogo
- A equipa que pretende usar este mecanismo deve informar o 4º árbitro (quando se aplicar).

O documento é muito claro ao referir que o árbitro e os seus assistentes (incluindo o 4º árbitro) não têm opinião sobre a eventual necessidade deste tipo de substituição, incluindo se o jogador vítima de concussão cerebral deva ser substituído através de uma substituição normal ou se a situação clínica configura um caso de concussão cerebral. Contudo, o árbitro deve colaborar no sentido de informar se suspeita que um jogador necessita de observação e tratamento por suspeita de concussão cerebral, assim como apoiar a decisão do jogador não continuar em jogo. No caso de suspeitarem que a substituição *por concussão* foi realizada de modo incorreto deve informar as entidades competentes.

O **Protocolo B** pode ser aplicado em alternativa ao A, e quando tal situação está prevista no regulamento competitivo da entidade organizadora do jogo. Neste protocolo, são permitidas no máximo duas substituições *por concussão* num jogo. Os procedimentos são iguais aos do Protocolo A, com a diferença é que à equipa adversária é permitida uma substituição adicional. Neste caso, o árbitro ou o 4º árbitro informa a equipa adversária que possui uma substituição e um momento adicionais (extras).

Antes do regresso ao jogo ou ao treino após lesão da cabeça / concussão, e nas competições organizadas pela UEFA, o médico da equipa deve informar a UEFA por escrito que o jogador se submeteu ao programa de regresso progressivo ao jogo e que o jogador se encontra apto para treinar ou jogar.

após autorização da IFAB e da FIFA, informou os seus associados do início dos testes para implementação de uma substituição em caso de concussão cerebral de jogador(a). Foi adotado o Protocolo A (só uma substituição por concussão cerebral) e é aplicado nas competições organizadas pela FPF (Taça de Portugal, Liga Revelação, Campeonato de Portugal, Liga BPI e II divisão futebol feminino). A Liga Portugal ainda não implementou qualquer protocolo, pelo que a substituição *por concussão* ainda não se aplica na 1ª e 2ª Ligas profissionais.

A leitura deste texto não dispensa a leitura dos documentos oficiais:

1. Federação Portuguesa de Futebol – comunicado oficial: CO-00340, de 08/02/2021
2. <https://www.theifab.com/laws/latest/concussion-substitutes/>
3. <https://www.uefa.com/returnto-play/news/026a-128036869e67-553222de49ed-1000-uefa-introduces-uefa-euro-2020-concussion-charter/>

O Comité de Emergência da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) emitiu um comunicado oficial (CO-00340, de 08/02/2021), no qual,